


**A DENÚNCIA PÚBLICA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER:
PERCEPÇÕES ETNOGRÁFICAS NO PARQUE ALIM PEDRO (PORTO
ALEGRE/RS)¹**

Recebido em: 16/01/2025

Aprovado em: 23/05/2025

Licença: 

Carolina Caneva da Silva²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9224-4584>

Marco Paulo Stigger³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9014-6668>

Sofia Covello da Rocha⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0256-6373>

Mauro Myskiw⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4689-3804>

Raquel da Silveira⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8632-0731>

¹ O texto faz parte da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. O objetivo que norteia a dissertação é compreender de que maneira a rede da Política Pública de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre se mantém atuando a partir do protagonismo de mulheres.

² Mestra em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física- GESEF/UFRGS.

³ Doutor em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade de Porto Portugal. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física- GESEF/UFRGS.

⁴ Graduanda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física- GESEF/UFRGS.

⁵ Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física- GESEF/UFRGS.

⁶ Doutora em Ciências do Movimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física- GESEF/UFRGS.

RESUMO: Esta etnografia investigou como as denúncias, ações e estratégias da gestão do Parque Alim Pedro, em Porto Alegre (RS), mantém suas atividades e administração pública diante de mudanças nas políticas de lazer. Ao seguir a coordenadora do parque e uma delegada do Orçamento Participativo, os registros da observação participante, dos diários de campo e entrevista, mostraram que a coordenadora criou uma rede de apoio comunitária fortalecendo vínculos na esfera pública e familiar. No entanto, apesar de sua atuação engajar colaboradoras/es, sustentando as atividades com uma política de lazer reconhecida pela comunidade, ela enfrenta coerções e encontra dificuldades nos acordos coletivos em arenas políticas e com o grupo de jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Etnografia. Mulheres.

**THE PUBLIC COMPLAINT ABOUT LEISURE PUBLIC POLICIES:
ETHNOGRAPHIC PERCEPTIONS AT PARQUE ALIM PEDRO (PORTO
ALEGRE/RS)**

ABSTRACT: This ethnography investigated how the complaints, actions, and strategies of the management of Parque Alim Pedro, in Porto Alegre (RS), sustain its activities and public administration amid changes in leisure policies. By following the park's coordinator and a delegate of the Participatory Budget, records from participant observation, field diaries, and interviews revealed that the coordinator established a community support network, strengthening ties in both public and familial spheres. However, despite her efforts to engage collaborators and sustain activities with a leisure policy recognized by the community, she faces coercion and difficulties in collective agreements within political arenas and with youth groups.

KEYWORDS: Leisure. Ethnography. Women.

Introdução

Ao longo dos anos Porto Alegre construiu uma longa trajetória de serviços públicos de esporte, recreação e lazer ofertados de forma gratuita para sua população. Esse serviço passou por um processo de aprimoramento com a atuação do governo da Frente Popular⁷, que esteve na gestão da prefeitura da capital, entre os anos de 1989 até 2004, a partir da instalação da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) no ano de 1993. O principal objetivo da SME foi a implementação de uma

⁷ Coligação de partidos de esquerda que governaram a cidade formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Verde (PV) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). A proposta de governo visava uma administração pautada pela participação popular e o atendimento das camadas menos privilegiadas da cidade.

política pública destinada às demandas da sociedade, colocando em primeiro plano as comunidades que se encontravam vulnerabilizadas nas áreas mais distantes do centro da cidade.

Segundo Tondin (2018) para dar conta dessas demandas a Prefeitura procurou envolver no planejamento das atividades um grupo de atores heterogêneos composto pela população, universidades, clubes esportivos e sociais, entre outras/os sujeitas/os, nas discussões sobre a importância e a necessidade da criação de uma Secretaria para a formulação de uma política onde os eixos e diretrizes estivessem alinhados às demandas e interesse da população atendida. O autor ressalta que essa ação foi importante para o planejamento e a inclusão de um serviço que visava promover o acesso ao esporte e ao lazer de maneira ampla e democrática, realizando assim a descentralização da oferta, uma vez que a atuação da prefeitura encontrava-se concentrada na região central da cidade. Entre as estratégias utilizadas pela prefeitura para a ampliação e democratização dos serviços estavam as Unidades Recreativas (UR's).

Administradas pela prefeitura, especificamente pela Secretaria responsável pelo setor de esporte, recreação e lazer da cidade, as UR's oferecem atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer orientadas por professoras/es de Educação Física em instalações e equipamentos públicos localizados nas praças e parques da cidade. Para além da oferta de serviço as UR's tinham como meta produzir com sua comunidade uma política significativa para a população. Durante o período de atuação da SME o trabalho de formação para uma cidadania ativa, realizado por servidoras/es e professoras/es, possibilitou o engajamento da população nas dinâmicas governamentais referentes às tomadas de decisões relacionadas aos seus interesses no campo do esporte, recreação e lazer (Santos, 2003; Molina, 2007; Amaral, 2005; Rodrigues; Marcellino,

2011; Forell; Stigger, 2016; Stigger *et al.*, 2019). Entre os locais de formação desta ação política estavam o Orçamento Participativo (OP)⁸, as Conferências Municipais, os fóruns e debates sobre esporte, recreação e lazer. Somado a isso, houve durante o período de atuação da SME, a ampliação de UR's em diversos parques e praças chegando ao número de 35, incluindo as áreas mais periféricas da cidade.

No entanto, segundo Stigger *et al.* (2019), apesar do investimento inicial da SME, com o aumento de servidoras/es e professoras/es, de UR's e Projetos, após o período de “ápice”, em 1992, é possível se observar um movimento de desinvestimentos de recursos financeiros e na manutenção das equipes de professoras/es, resultando na diminuição da capacidade de ação assim como no enfraquecimento dos coletivos comunitários atuantes na gestão das políticas de esporte e lazer da cidade. Esse desinvestimento torna-se mais evidente no ano de 2017 quando a SME é extinta pelo governo de Nelson Marchezan Junior (PSDB).

Com o anúncio da extinção, a legitimidade de um serviço que atuou na cidade por 24 anos foi posta à prova⁹, motivando a mobilização de um coletivo de atores heterogêneos vinculados ao esporte, recreação e lazer em prol de uma ação política com o objetivo de manter a Secretaria nos mesmos moldes da sua criação (Myskiw *et al.*, 2023). Ao acompanhar o movimento Silveira *et al.*, (2022) e Myskiw *et al.*, (2023) destacam que grande parte das pessoas que se engajaram na mobilização era composta

⁸ Implementado em agosto de 1989, o Orçamento Participativo foi criado pelo governo da Frente Popular para que a população pudesse participar na definição de investimento. Seu objetivo era discutir o orçamento da cidade em uma esfera pública com a população para estabelecer uma nova relação entre Estado e sociedade civil, que passam a pensar juntos sobre a melhoria das condições básicas através das políticas sociais e setoriais (SANTOS, 2003).

⁹ A noção de *prova* que aqui utilizamos está vinculada à chamada a sociologia pragmática, e remete a dois sentidos: o primeiro dele se refere aos momentos de instabilidades onde as coisas, processos, conceitos, ações são testadas e colocadas à prova, passam por um estado de provação; e a segunda se refere a coleta de provas, materiais, organização de relatórios, momentos de experimentação, para coletar provas que resistam as denúncias, cheguem a acordos e/ou (re) estabeleçam a ordem (Corrêa, Dias, 2016).

de mulheres idosas, usuárias dos serviços públicos de lazer da cidade, especialmente aqueles ofertados pelas UR's. De acordo com Silveira *et al.* (2022), a condensação de marcadores de opressão (mulher e idosa) proporcionaram a elas a percepção do risco de perder direitos já garantidos, influenciando no seu processo argumentativo, assim como nas articulações entre os diferentes sujeitos, na aprendizagem política e na condução do processo de luta.

A mobilização das mulheres pelo direito ao lazer adquire um significado ainda mais relevante quando analisamos estudos como o de Bonalume (2022). A autora aponta que, embora o lazer esteja previsto como um direito social, ele ainda não ocupa um lugar de destaque nas reivindicações dos movimentos sociais de mulheres. Essa ausência está relacionada, segundo Bonalume (2022), à forma como essas mulheres, ao longo de suas vidas, têm acesso a esse direito, bem como às condições de vida e às oportunidades concretas para usufruí-lo.

Apesar do protagonismo das mulheres idosas no movimento #SOMOSTODOSETODASSME¹⁰, as produções acadêmicas produzidas posteriormente optaram por dar visibilidades às disputas políticas, as ações coletivas, a potencialidade de um movimento social, assim como os resultados desta disputa (Ignácio; Stigger, 2017; Bielawski, 2018; Ignácio; Farias e Souza, 2018; Stigger *et al.*, 2019; Myskiw *et al.*, 2023; Silveira, 2020). No entanto, a opção pela generalização dessas/es agentes deixou escapar as produções individuais das mulheres, como idosas que, mesmo quando protagonistas, foram invisibilizadas. Para Abu-Lughod, Rego e Durazzo (2018), quando escrevemos de forma generalizada, deixamos escapar os dilemas específicos com os quais mulheres, indígenas, negros e negras se deparam. Segundo a autora, é necessário

¹⁰ Formação coletiva de agentes aliados ao esporte e lazer da cidade de POA, que lutou para a manutenção da SME no ano de 2017.

fugir dos processos generalizadores, onde todos são descritos dentro de uma mesma cultura ou coletivo, uma vez que cada indivíduo experimenta e se relaciona com o mundo de forma diferente. Desta forma a proposta de uma escrita das particularidades e das construções individuais apontadas por Abu-Lughod, Rego e Durazzo (2018), nos possibilita destacar a aprendizagem adquiridas no percurso da vida destas mulheres assim como, a forma como elas acionam diferentes argumentos, justificativas e recursos baseados em suas trajetórias e especificidades para resolver seus problemas.

O capital adquirido por este coletivo que atuou no movimento não teve forças para manter a Secretaria, mas mostrou-se capaz de pressionar os candidatos da eleição de 2020 para o retorno da pasta, que ocorreu no ano de 2021, quando Sebastião Melo (MDB) assumiu a prefeitura de Porto Alegre. O Decreto Nº 20.912, de 28 de janeiro de 2021 cria a nova Secretaria, denominada, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ). Essa mudança de nome é percebida pela comunidade usuária, professores, servidores e universidade como um sinal de alerta com a intencionalidade de materializar o apagamento da construção histórica realizada pelo governo da Frente Popular junto com a população porto-alegrense (Silva, 2023).

Os anos sem a atuação da SME tornaram tangíveis as perdas de direitos com a redução das atividades, o fechamento de UR's, a realocação de professoras/es anteriormente cedidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) para atuar nos espaços públicos de lazer, a queda orçamentária e o encerramentos de projetos executados pelas/os professoras/es da SME (Myskiw *et al.*, 2023; Silveira, 2020). Ainda assim, após essas rupturas, uma das UR's, localizada no parque Alim Pedro, vem mantendo suas atividades nos mesmos paradigmas da SME. Desta forma, este trabalho tem como objetivo compreender de que maneira as denúncias, ações e estratégias

realizadas pela coordenadora e usuárias no parque Alim Pedro mantêm a estrutura das atividades e a gestão pública do espaço, após as mudanças realizadas nas políticas públicas da cidade destinadas aos espaços de lazer.

Metodologia

Esta é uma pesquisa etnográfica e tem como base empírica a observação participante realizada no parque Alim Pedro, no período de março a dezembro de 2022. Durante este processo, a primeira autora passou a “seguir” (Latour, 2000) as ações da coordenadora e de um grupo de mulheres usuárias do local, que atuavam como representantes do parque como delegadas do Orçamento Participativo¹¹.

A opção de escolher essas mulheres deu-se devido a sua presença durante o movimento #SOMOSTODOSETODASSME, e a possibilidade de segui-las em um momento em que as ações da SMELJ voltam a produzir novas incertezas nos espaços públicos de lazer. Segundo Bielawski (2018)

A comunidade do Parque teve intensa participação na luta em prol da manutenção da SME. Esta participação ocorreu de diferentes formas: por meio de coleta de assinaturas para a formulação de um abaixo-assinado; pelas participações nos Seminários promovidos por diversas Universidades e Instituições ligadas a área do Esporte, Lazer e Recreação e pela presença com a utilização de faixas e cartazes nas votações na Câmara de Vereadores. Estas ações denotam a consciência da importância das políticas públicas de Esporte e Lazer, desenvolvidas na cidade de Porto Alegre e no Parque Alim Pedro, bem como uma demonstração clara do exercício da cidadania (p. 32).

Para compreender quem são as mulheres e de que maneira elas, nos momentos de incertezas, tornam visíveis seus argumentos, elaboram relatórios, repertórios de ação e aproximam elementos baseados em princípios de justiça, demonstrando que a sua causa não é um interesse particular, mas que ela tem valor e afeta o cotidiano das

¹¹ As/Os delegadas/os do OP são as/os representantes legais eleitas/s pelos habitantes de uma região, para apresentar as demandas de suas comunidades, discutir sobre as prioridades de sua região e de repassar para a população as resoluções da reunião.

demais pessoas tornando-se assim uma questão pública, essa pesquisa seguiu os preceitos da Sociologia Pragmática (Corrêa, Dias, 2016; Boltanski, 2000; Latour, 2000; Corrêa, 2021).

Desta forma esta abordagem valoriza a crítica das agentes e possibilita seguir o fluxo de suas ações, uma estratégia que segundo Corrêa e Dias (2016) é potente metodologicamente, uma vez que nesses períodos de instabilidade as/os agentes, produzem diferentes formas de engajamento, novas associações, provas, críticas e relatórios para o restabelecimento da ordem social. Para Latour (2000) estar atenta aos ‘momentos de crise’, onde os saberes já constituídos são postos à prova é uma forma de observar as/os agentes utilizando suas competências criativas e suas capacidades de engajar outros sujeitos a partir das vivências/experiências, conhecimentos práticos e técnicos adquiridos em situações anteriores para (re)organizar o social.

A produção dos dados empíricos deste trabalho se deu a partir da escrita de diários de campo que visavam sistematizar as ações, capacidade de mobilização, as produções de provas, os agenciamentos e os feitos, ou não, deste processo. O envolvimento do grupo de pesquisa que as/os autoras/es deste trabalho integram, Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS), como um dos atores que compuseram a ação coletiva denominada #SOMOSTODOSETODASSME facilitou a aproximação com as agentes e a aderência delas a esta pesquisa. O GESEF/UFRGS vem desenvolvendo pesquisas sobre as políticas públicas de Porto Alegre há mais de 20 anos e é reconhecido por usuárias/os, servidoras/es e trabalhadoras/es por contribuir na produção da política desenvolvida na cidade¹². Importa dizer que este trabalho se caracteriza como uma construção coletiva, e que

¹² Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Parecer: CAAE, nº 53241321.2.0000.5347, e contou com o financiamento da Capes.

possui uma intencionalidade política, visto que pesquisadoras/es e informantes estão inseridas/os em um coletivo que vem se estruturando desde 2017 em defesa da manutenção dos serviços públicos de esporte e lazer na cidade de Porto Alegre. Além disso, realizamos uma entrevista semiestruturada com uma das delegadas do OP.

A observação participante realizada no parque oportunizou a aproximação com as agentes que estavam atuando neste campo no período da pesquisa. Acompanhamos as atividades cotidianas do parque, aulas, confraternizações, tarefas (coordenação e delegadas do OP) e as reuniões realizadas entre os membros da comunidade, a coordenadora e agentes governamentais que atuavam na SMELJ. Estivemos presentes também em três reuniões do OP, onde coordenadora, delegadas e colaboradoras/es do parque apresentaram suas propostas para melhorias e manutenção do local. Acompanhamos a Conferência Municipal de Esporte e Lazer onde o Alim Pedro fez parte do circuito de reuniões realizadas em diversos pontos da cidade, no período de setembro a novembro de 2022. Por fim, após o término do campo, participamos ainda de outros dois eventos relacionados à pesquisa: a inauguração das quadras de beach tênis no parque e a nomeação da Prefeita de Praça Amigos do Verde nas proximidades do Alim Pedro.

A análise deste texto foca na descrição e no trabalho de construção e fortalecimento de uma causa, realizado pela coordenadora do espaço. Ela busca mobilizar as pessoas que utilizam o local em prol da garantia de um serviço público de esporte, recreação e lazer que atenda às necessidades e interesses da população nos moldes exercidos pela extinta Secretaria (SME). Entre as estratégias utilizadas pela coordenadora, destacam-se a manutenção e o fortalecimento dos vínculos com a

comunidade, as denúncias públicas¹³ em diferentes arenas políticas, além da formulação de provas que evidenciem as injustiças coletivas. A descrição desta mobilização procura demonstrar como a denunciante vai acessando diferentes grupos sociais ou coletivos para associar essas pessoas a sua causa, uma vez que a capacidade de mobilizar coletivos se faz importante para garantir que suas críticas não só são pertinentes, mas que a acusação está a altura de uma injustiça que deva ser denunciada.

Perspectivas sobre as Possibilidades de (Des)Vinculamentos da Rede no Parque Alim Pedro

Após o término de dois anos de isolamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como medida sanitária para evitar a proliferação SARS-CoV-2, vírus que causa uma síndrome respiratória aguda grave, a população retoma suas atividades sociais. Este isolamento social trouxe para o parque Alim Pedro uma realidade desconhecida por sua comunidade uma vez que as atividades coletivas, ofertadas pela prefeitura, haviam sido canceladas e as atividades auto-organizadas pela comunidade foram suspensas devido ao temor da contaminação.

Segundo Camila, enfermeira aposentada, usuária e representante do Alim Pedro como delegada no Orçamento Participativo, a Pandemia do Covid 19 e o afastamento social foi um momento de crise, um “trauma” que desestabilizou o cotidiano das/dos usuárias/os do parque assim como o de toda população.

Trauma é uma coisa que tu não está esperando, desestrutura muito uma pessoa. Esse Covid foi uma puxada de tapete, as pessoas perderam seus empregos, perderam seus pais, perderam seus entes queridos, deixaram de conviver com as outras pessoas, e isso tudo causa um trauma, sabe, um

¹³ A denúncia pública, segundo Boltanski (2000), se caracteriza como uma injustiça de ordem geral, onde não se precisa necessariamente apelar para uma reparação, mas ela designa um culpado, um sujeito responsável pela injustiça, neste caso o sistema que representa as políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre.

desequilíbrio. Tem pessoas que têm mais facilidade de se reorganizar, outras...Aqui se tu sentar cada um tem uma história (Entrevista Camila, 22/10/2022).

Segundo Stigger, Trentini e Venuto (2009), o Parque Alim Pedro é um espaço de sociabilidade urbana, onde pessoas de todas as idades circulam, se relacionam e se reconhecem como parte dele (p. 44). Camila passou boa parte de sua vida frequentando esse espaço e reconhece a importância das relações estabelecidas no Parque para suas/seus usuárias/os quando destaca as riquezas do local. Neste espaço as vidas das usuárias e as famílias se entrelaçam e produziram uma identidade própria, compartilhada por toda a comunidade, ao ponto que quando questionadas sobre o tempo de existência do parque e/ou da Unidade Recreativa a marcação temporal passa a perder sentido e as mulheres acionam suas famílias e laços afetivos para determinar esse tempo.

Em uma conversa com duas mulheres idosas usuárias deste espaço, quando questionamos sobre a existência da Unidade Recreativa e atuação da SME, elas relembram que a turma delas tem mais de 25 anos, e que os filhos e netos foram criados neste espaço em lógica de cuidado compartilhado (D. C., 22/10/2023).

Minha mãe vinha fazer ginástica, academia aqui, cantava no coral da igreja, era participante, sempre dava aula de catequese então estava sempre aqui. Nas minhas folgas eu vinha visitar ela e às vezes eu vinha com ela aqui e ela me apresentou a Sandra (coordenadora do Parque), que era minha colega (referindo ao fato de as duas serem profissionais concursadas pela Prefeitura de Porto Alegre), a Sandra na área da educação e eu na área da saúde. Então criamos uma amizade. Aí eu criei um vínculo né. Quando a mãe ia, a mãe era muito ligada com a Sandra eram muito amigas de irem... a mãe fez aniversário de 80 anos, a Sandra e o grupo dela de ginástica foram, a mãe fez aqui no salão da igreja sabe. Então tinha um vínculo muito forte (Entrevista Camila, 22/10/2023).

Essa relação entre a comunidade e o sentimento de pertencimento, é uma construção coletiva entre as/os usuárias/os e as/os professoras/es que atuam no serviço de recreação pública, alicerçada na continuidade de um serviço que faz sentido para esse grupo e nos laços afetivos e familiares, estabelecidos por Sandra, coordenadora da Unidade Recreativa e por suas/seus professoras/es.

Durante o tempo em que estivemos acompanhando a rotina do Alim Pedro, percebemos que a gestão do espaço pautada pela ‘lógica do cuidado’ (Mol, 2008), compreendendo que os tempos e espaços de lazer ultrapassam os limites do corpo biológico e que o corpo, as emoções e o social caminham juntos e fazem parte das complexidades da vida, especialmente neste espaço de lazer. Assim, mulheres que circulam por esse espaço compartilham mais do que só alegrias, compartilham afetos, doenças, tristezas, angústias e os desafios de uma vida pautada no cuidado do outro, papel exercido por boa parte das mulheres que frequentam o local. Desta forma há uma preocupação da gestão no acolhimento das mães com a proposta de atividades concomitantes aos horários das crianças em diversas áreas, como pintura, crochê, dança, esporte, etc. Afinal, como diz Sandra, “é preciso cuidar de quem cuida” (D.C. 15/03/2022).

Esse cuidado com o parque e com a comunidade materializado no trabalho da Sandra também é acionado por outras entidades, como a que doou duas quadras de beach tennis para o Alim Pedro. A justificativa para a escolha do Parque no discurso de inauguração foi “escolhemos este parque porque aqui tem alma, porque aqui tem alguém que se preocupa com a comunidade, porque tem amor e cuidado neste espaço” (D.C. 26/03/2023). Assim, o cuidado parece ser o fator que estabelece uma relação de confiança criando vínculos duradouros, como uma rede, que são mantidos através das gerações devido ao reconhecimento do trabalho de Sandra. Segundo Latour (2016), essa rede não é um emaranhado de teias em busca dos mesmos objetivos, ela é composta por diferentes agentes e/ou coletivos que, em algum momento, aproximam ideias e objetivos para atingir um objetivo principal. Chateauraynaud (2018) ainda destaca que, a rede não é um simples processo de conexões, mais do que isso, ela é uma construção

que se estabelece a partir de conjunto de atividades que são constantemente postas à *prova*, aproximando e mantendo as conexões. Deste ponto de vista, a produção de uma rede necessita de um trabalho específico, onde é necessário assegurar uma solidez nas relações, para garantir as/os agentes respondam quando necessário, para que permaneçam vinculados à rede e para que elas/eles exerçam um trabalho de condutividade, ativando outras/os agentes e recursos em benefício de causa ou objetivo.

Contudo, o cuidado não é percebido por todas/os usuárias/os do parque da mesma forma, havendo assim momentos de tensionalidade, especialmente entre os grupos mais jovens, provocando assim uma instabilidade nos vinculamentos desta rede. Segundo Camila, embora Sandra se esforce para oferecer um serviço público de qualidade, oportunizando atividades que se aproximam do interesse comunitário, dialogando e transitando entre os coletivos, as famílias, o OP, a Associação de Moradores, que fazem parte desta comunidade, a diversidade de interesses das/dos usuárias/os que utilizam o parque provoca, de tempos em tempos, um tensionamento das relações/vínculos e acordos firmados. Um desses momentos foi a organização da festa da “Fogueira do IAPI”. Ao acompanhar o cotidiano Sandra e do Parque Alim Pedro, podemos registrar o fluxo das ações, estratégias e argumentações produzidas por Sandra e por um coletivo de atores, para justificar a manutenção, ou não, de uma tradicional festa que ocorre no Parque.

A Fogueira do IAPI é uma festa tradicional do bairro realizada pelos moradores, normalmente pelos mais jovens, há 50 anos para as comemorações da festa junina. No ano de 2022 ela aconteceu no dia 09 de julho. Anteriormente a este período já era possível observar as disputas e justificativas que estavam em jogo neste momento, como o direito a utilização do espaço público. Assim, tanto Sandra como as/os agentes

organizadores do evento produziram uma série de provas que fundamentam seus argumentos para o acontecimento, ou não do evento.

Segundo Camila, o que motiva Sandra a se posicionar contrariamente a execução do evento é o desrespeito e o descaso dos jovens e da prefeitura referente ao cuidado com o Parque, visto que nas edições anteriores ficou sob a responsabilidade de Sandra a limpeza e reorganização do espaço após o evento.

O Alim Pedro com toda essa dificuldade ele ainda é referência. A Sandra abraçou todo o Alim Pedro. O que por um lado é muito bom porque é ela que está mantendo tudo como tu tá vendo, mas por outro lado muitas coisas assim, ela não tem uma estrutura que abrace tudo com ela. Então quem trabalha com ela vê a dificuldade, às vezes não é porque ela quer tomar conta do parque, não, ela não tem uma estrutura de que tenha um respaldo como o DMLU [Departamento Municipal de Limpeza Urbana], sabe, da EPTC [Empresa Pública de Transporte e Circulação], de qualquer outro órgão da secretaria que possa ajudar ela após os eventos, não tem. Nem de quem faz as organizações também, terminou o assunto, vão embora e aí? E ela se vira (Entrevista Camila, 22/10/2023).

A festa normalmente recebe pessoas de outros bairros, familiares distantes e comerciantes que quando vão embora deixam lixo e destruição por onde passaram. Os documentos e argumentos utilizados por Sandra para evitar o acontecimento do evento em 2022 acionaram questões legais, como a impossibilidade de realizar uma fogueira em parques devido os riscos de danos ambientais, a sujeira que o evento produz, a ausência de funcionários públicos para realizar a limpeza e segurança do local e os riscos envolvidos na atividade, visto que em certa ocasião, conforme registrado em uma placa localizada no parque, um menino faleceu ao deixar cair um tronco sobre seu corpo enquanto a fogueira era construída. Nesta produção de provas ela buscou auxílio em documentos legais, acionou diferentes Secretarias, que fazem parte de sua rede de colaboradores, como a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (SMAMUS) e a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Além disso, ela acionou a subprefeitura da região para mediar o diálogo com

o coletivo que organizava o evento, alinhar os interesses e produzir um acordo, caso suas denúncias e sua produção de provas não produzissem resultados.

Contudo, esta é uma disputa antiga. Assim como Sandra, o grupo de organizadores também tem seus próprios interesses, críticas e justificativas. Desta forma, e com o passar dos anos a organização do evento vem buscando ampliar sua rede de associados, com políticos, comerciantes, subprefeitura e Associação de moradores, além de produzir um novo repertório de ações para garantir a festividade.

Houve anos em que o coletivo se organizava para a confecção da fogueira com muita antecedência, arrecadando material necessário para que a cada ano ela estivesse maior. Assim, conforme a data do evento se aproximava era possível acompanhar o desenvolvimento da fogueira chegando ao seu ápice no momento em que ela finalmente aquecia a festa. No entanto, esta era uma tarefa arriscada, pois havia o contratempo de denúncia alicerçada na ilegalidade ambiental de uma fogueira no Parque para os órgãos da prefeitura que protegem os parques de possíveis danos como incêndios, ocasionando no recolhimento do material antes do evento.

O risco de ver todo o trabalho destruído levou o grupo a estabelecer uma nova forma de agir construindo a fogueira na noite anterior ao evento. Esse movimento é compartilhado ao vivo pelos organizadores em suas redes sociais, que passam a ocupar o espaço até a finalização da festa. Essa ação tornou-se um novo evento. Além disso, o número de comerciantes que passaram a apoiar a festividade cresceu significativamente com os anos, demonstrando que a economia local é um agente importante para fortalecer a causa do grupo organizador. Em 2022, já havia barracas e trailers dos comerciantes, desde o dia anterior e a comunidade mais jovem ocupou o espaço e mais uma vez obtiveram sucesso em “proteger” esse bem comum.

A nossa aproximação com Sandra impossibilitou registrar todas as ações deste coletivo, contudo foi possível observar que a aproximação dos interesses coletivos desta rede produziu um efeito capaz de encerrar qualquer possibilidade de argumentação e justificação da coordenadora do parque para o cancelamento do evento. Acompanhar o fluxo desta disputa através das lentes da Sociologia Pragmática, possibilitou identificar a dinâmica das ações de Sandra e a expertise adquirida pelos organizadores para produzir um repertório de ações para superar os obstáculos que vêm surgindo ao longo dos anos.

Dada a heterogeneidade de atores que frequentam o parque e com isso a diversidade de interesses, os processos de vinculamento entre a gestão pública da Unidade Recreativa e os coletivos estão em constante manutenção. Durante a pesquisa foi possível observar que a estabilidade desses acordos é fluida, e que muitas vezes precisam ser mediados por outras entidades, sendo a subprefeitura um importante agente nesse processo, estabilizando os acordos e garantindo a contemplação de interesses distintos.

A heterogeneidade desses coletivos e seus distintos interesses, por vezes desalinham os acordos firmados estabelecendo assim momentos de instabilidade que colocam a legitimidade dos sujeitos e dos vínculos à prova. Essa fluidez entre as entidades demonstra a necessidade das/dos agentes em produzir habilidades para transitar em diferentes esferas, (des)vinculando-se de seus coletivos conforme os interesses em jogo. Estas disputas cotidianas do espaço, contudo, não são as únicas enfrentadas por Sandra. Com retorno das atividades em março de 2022 inicia um novo ciclo de políticas públicas na cidade gerida pela atual Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) e pela Secretaria Municipal de Parcerias (SMP),

instaurando outras incertezas e disputas no cotidiano das pessoas que frequentam e trabalham no parque Alim Pedro, em especial na rotina de Sandra.

A Busca pelo Fortalecimento de uma Causa

Para compreender as ações de Sandra e a forma como suas redes e vínculos proporcionam, ou não, a possibilidade de tornar pública uma causa produzindo assim efeitos na organização social, é imprescindível compreender que a trajetória de Sandra está alicerçada nos princípios da antiga SME. Segundo ela, a Secretaria, além de ser parte constituinte de sua formação, ao trabalhar para a democratização do esporte e lazer na cidade tornou-se referência como um serviço de excelência que garantia o direito da população às práticas de lazer.

Com o fim dos governos da Frente Popular houve uma virada de chave na gramática das políticas públicas de esporte e lazer da cidade. Ao contrário da proposta dos partidos alinhados à esquerda, de ofertar e planejar um serviço direcionados aos interesses da população e do esforço para estabelecer um processo democrático e descentralizado, passam a exercer uma política atrelada à lógica neoliberalista, interessada na diminuição do estado e nas parcerias público privadas. Segundo Tondin (2018):

As ações que sobrevivem a esse desmonte estão alicerçadas na atuação dos professores e no seu processo de formação dos profissionais que atuam no campo do lazer, e na “articulação comunitária”, com a promoção de ações ‘com’ e não somente ‘para’ a comunidade. Essa postura política/pedagógica dos antigos gestores e dos educadores da SME construiu uma base que possibilitou/impediu que muitas das ações não fossem totalmente extintas (p. 115).

Como ocorreu no Alim Pedro. Com a descontinuidade dos serviços ofertados pela SME, causados pelo desmonte da Secretaria, a manutenção deste serviço no parque se faz possível através da atuação e dos vinculamentos dos coletivos que ali se

instauraram, regido por Sandra e suas/seus colaboradores¹⁴, reorganizando os acordos e aproximando novas/os agentes para manter o serviço ofertado por décadas. A partir do trabalho de Kuschmir (2001), compreendemos que a capacidade de Sandra de circular entre diferentes mundos e compreender seus códigos, valores, adaptando-os, traduzindo-os e tornando possível a comunicação entre eles é uma das características que faz dela uma mediadora potente neste local, uma vez que suas ações interferem nas condutas e valores das pessoas pertencentes a sua rede.

Contudo, a ascensão de uma nova Secretaria a Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude (SMELJ), estabelece novos desafios para as UR's e para aqueles que atuam nesses locais como professoras/es, servidoras/es e usuárias/os, assim como Sandra.

Pautada pela justificativa da necessidade da parceria público privada, a Prefeitura tem ampliado estratégias que proporcionam um maior engajamento do setor privado auxiliando no custeio e na oferta de atividades em espaços públicos de lazer. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Parcerias (SMP) passa a compor o cenário das políticas públicas de esporte e lazer da cidade como órgão responsável por formular, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para a captação de recursos externos, oriundos de parcerias públicas ou privadas¹⁵. Entre as propostas de parcerias, idealizada pela SMP, está o projeto dos “Prefeitos da Praça”, Decreto Nº 21.073 de 17 de junho de 2021. O objetivo desta política é delegar às/aos cidadãs/ãos e empresas privadas a responsabilidade de cuidar, fiscalizar, gerir e manter os espaços públicos da

¹⁴ Grupo composto por mulheres e homens usuárias/os dos serviços públicos de lazer, agentes da subprefeitura e agentes políticos, que junto com Sandra contribuem para a manutenção do espaço, através de emendas parlamentares, atuação no OP e voluntariado.

¹⁵ Ver mais informações em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/default.php?p_secao=1208. Acesso em 27/07/2023.

cidade, *lócus* das políticas de esporte e lazer, de forma voluntária, “dividindo” assim com essas empresas e sociedade os custos e cuidados com a cidade.

No momento em que realizamos a pesquisa, essa política foi um dos centros de debates entre as/os agentes atuantes no Alim Pedro, especificamente por se tratar de destinar a um novo grupo de pessoas funções já exercidas pela gestão pública da Unidade Recreativa e suas/seus colaboradoras/es. Essas/es novas/os agentes não são necessariamente escolhidos pelas comunidades, sua nomeação pode ocorrer de forma autônoma ao cargo, sem submeter-se ao processo democrático que garante a legitimidade e representatividade da escolha. Após o aceite da SMP ela/ele passa a ser a/o responsável legal pelo espaço junto com a coordenação da Unidade Recreativa. Este fato vem sendo percebido pelas funcionárias da SMELJ como uma forma de desmonte e apagamento da história construída pela SME, desvalorização do trabalho comunitário e do serviço público (Silva, 2023). Segundo Sandra é necessário expor, denunciar, sempre que possível, a importância de se ter um funcionário da SMELJ responsável pelos tempos/espacos de lazer para garantir a legitimidade do serviço.

Eu sou a prefeitura na praça. O desmonte da SME na gestão Marchesan e atualmente, não pode deixar que o esporte e lazer não percam nenhum espaço. Temos 95 anos de história na cidade (Fala de Sandra para suas/seus colaboradoras/es. D.C, 27/04/2022).

Para Sandra, o novo modelo de política parece desconsiderar a importância da atuação das/os professoras/es da SMELJ como mediadoras em suas comunidades, trazendo para o cenário público um novo agente que muitas vezes está aliado a interesses políticos. O que essa política ignora é que a simples responsabilização da população por seus espaços de lazer não a capacita, por si só, a atuar de forma eficaz na gestão do lazer. As funções exercidas pelas/os professoras/es nas UR's extrapolam a zeladoria proposta para o cargo voluntário de Prefeito de Praça, pois cabe a elas

articular os interesses, as necessidades, referentes a fruição dos tempos e espaços de lazer das comunidades.

Concomitantemente, a isto, a SMELJ tem direcionado seus investimentos políticos e financeiros para a revitalização das grandes áreas de lazer da cidade, focando especialmente em parques que fazem parte das rotas turísticas como Orla do Guaíba¹⁶, localizados na região central da cidade. As UR's, aquelas que ainda resistem como o Alim Pedro, passam por um processo de redução e precarização, tanto orçamentárias quanto de servidoras/es e professoras/es. Para Sandra esse “desmonte da política pública”, termo utilizado por ela diversas vezes em nossas conversas, se caracteriza como um retrocesso ao trabalho de descentralização realizado pela SME e um risco a sua atuação e cargo, uma vez que, segundo ela, a SMELJ está composta por grupos políticos alinhados aos interesses da Prefeitura e de difícil articulação.

Assim instabilidade que se estabelece no cotidiano do Alim Pedro e a percepção da fragilidade de antigos acordos para a manutenção do serviço ofertado no local passa a exigir de Sandra o trabalho de construção e fortalecimento de uma causa: um serviço público de esporte, recreação e lazer que dê conta das necessidades e interesses da população usuária e a garantia do direito ao esporte e lazer, nos moldes exercidos pela secretaria extinta, a SME.

Durante o período em que estivemos em campo, a coordenadora do Alim Pedro trabalhou para mobilizar pessoas, convencendo as mesmas que a perda de direitos é uma verdade, baseada na desvalorização do trabalho comunitário, na perda de professoras/es e na concessão dos espaços públicos, e que essa injustiça coletiva merece ser anunciada através de uma denúncia pública. Sua mobilização para coletivização da causa inicia

¹⁶ Ver mais informações em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-orla-do-guaiba-quais-transformacoes-e-para-quem/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

com a exposição diária de suas críticas e justificativas para as/os usuárias/os do parque, nas reuniões com as/os colaboradoras/es, nos inícios de aulas, confraternizações e até mesmo nas conversas cotidianas.

Hoje a turma de vocês tem um professor, e por essa razão as aulas continuam acontecendo, mas as outras turmas perderam o professor delas e estão sem aula. Nós precisamos ocupar o parque neste dia (evento das paraolimpíadas) para que a Secretária veja o número de alunos que estão sendo atendidos e aqueles que não estão. Precisamos pensar nos outros e mostrar que estamos juntos nessa (Fala de Sandra no início da aula de ginástica D.C 12/05/2022).

Entre as provas acionadas pela coordenação para materializar o desmonte está a perda dos professores do Alim Pedro. Segundo ela há uma intenção em desmobilizar os coletivos e Associações de usuárias/os, visto que o número reduzido de professoras/es da SMELJ força o deslocamento dos mesmo para locais distintos, aumenta o número de turmas e os distanciam dos espaços de convivência, impossibilitando assim uma identificação da comunidade com elas/eles e fragilizando assim os processos de pertencimento produzidos ao longo dos anos. Atualmente os professores lotados na Unidade são responsáveis por todas as esferas administrativas e pedagógicas do local sobrecarregando sua atuação.

Entre os grupos que Sandra vai acionando para engrandecer sua causa estão as mulheres que utilizam o Alim Pedro para as aulas de ginástica no turno da manhã e à tarde participam do clube do crochê, além do seu grupo de colaboradoras/es, colegas servidoras/es, subprefeitura, delegadas e membros do OP e nós pesquisadoras/es da Universidade. A maior parte deste coletivo esteve presente, ao seu lado na luta contra a extinção da SME em 2017. Ao longo da pesquisa fomos compreendendo que esta é a principal rede acionada por Sandra para mostrar à secretaria que o espaço tem uma comunidade participativa e que suas atividades têm valor.

A mobilização das mulheres através da denúncia esteve entre as estratégias utilizadas por Sandra durante a pesquisa. Ela compreende que o apoio prestado ao parque e às/aos suas/seus usuárias/os exerce um efeito de mobilização sobre outras pessoas, unindo todas/os em um mesmo objetivo do bem comum. Sandra sabe bem da necessidade de legitimar seu trabalho na comunidade e para isso ela utiliza outras ferramentas.

O esforço de chamar a comunidade para ocupar o espaço está pautada na crença de Sandra referente a importância da ocupação dos espaços públicos pelas comunidades e atuação do serviço público de esporte, recreação e lazer, para que os mesmos não sejam ocupados pelo setor privado. Assim, cotidianamente Sandra vai acionando diferentes dispositivos/objetos, reconhecidos pela comunidade, como referência ao trabalho ofertado na Unidade para sinalizar e reforçar o valor deste serviço na vida daquela população. Diariamente ao chegar no parque ela organiza a pista de corrida para que a população possa visualizar o atendimento. A mesa fixa no local é ocupada pelo guarda-sol, aparelho para aferir a pressão e a caixinha de madeira com as fichas dos alunos atendidos desde os primórdios da UR. Esta caixa neste cenário foi acionada por Sandra e pelas usuárias como um dispositivo histórico importante para comunidade uma vez que nele estão os registros de todas/os as/os alunas/os que por ali passaram, uma relíquia. O cuidado que Sandra dispõe ao objeto deixa evidente que o mesmo tem valor porque representa a sua história na UR, é uma prova de sua atuação como professora e membro pertencente a esse espaço. Essa ocupação do parque, a demonstração pública de um serviço prestado há décadas pela prefeitura da cidade e sua atuação neste espaço tem se mostrado eficaz em manter o local distante das leis que favorecem e valorizam a atuação de voluntários na gestão dos parques, como a lei do Prefeito de Praça.

No entanto, para que esse distanciamento dos processos de adoção se dê de forma efetiva, Sandra precisa investir seus esforços e outros espaços, por vezes distantes do parque. Segundo Boltanski (2000), para que a causa se torne coletiva, e assim um interesse público, é necessário agrupar outros coletivos para permanecer resistindo às fraturas, aos questionamentos, às tensões impostas no cotidiano da política.

Neste processo de produção de provas para a comprovação das injustiças e compreendendo a importância de se aproximar de outros coletivos, a coordenadora passa a contatar a SMELJ, para fortalecer suas justificativas referentes a uma não intervenção de agentes distantes da sua rede de colaboradoras/es. Entre esses investimentos destacamos o documento enviado à SMELJ que aciona o senso de justiça deixando explícito que a atuação de uma única pessoa como Prefeito de Praça desvaloriza a atuação os demais colaboradores muitos de longa data e sugere “que para as nossas Unidades ao invés de Prefeito(a) de Praça, se dê posse/valorize o grupo de colaboradores, com pompa, com a presença de Prefeito e Secretários” (D.C, 27/04/2022).

Outra arena política importante para a coordenadora são as reuniões do OP. Nestes espaços políticos, Sandra conta com a colaboração de suas/seus delegadas/os para manter a estrutura e as atividades realizadas no parque, garantindo assim a continuidade da gestão pública. Para o Alim Pedro a articulação com o OP é uma ferramenta importante, pois este é um local onde a comunidade e Sandra podem acessar diferentes instâncias governamentais. Segundo Camila, este grupo procura ajudar Sandra a “segurar as coisas para não deixar a peteca cair” (Entrevista Camila, 22/10/2023). As demandas solicitadas pelas/os delegadas/os, nas reuniões que observamos, estavam direcionadas aos serviços de escoamento da água da pista de

corrida, a iluminação do parque, a cobrança pela instalação da academia ao ar livre, as solicitações da reposição de professores e as críticas sobre a poda das árvores que foi realizada sem a consulta da comunidade. A maior parte destas questões foram resolvidas durante o tempo em que estivemos acompanhando esse grupo, com exceção da reposição dos professores que foi atendida somente no ano de 2023.

Nas reuniões do OP as/os colaboradoras/es sempre tinham em mãos os documentos produzidos por Sandra atestando suas críticas relativas a não prestação dos serviços e as necessidades do parque. Essa produção documental realizada pela coordenadora mostrou ser importante para as articulações e acordos estabelecidos entre a prefeitura e o parque. Sem *WhatsApp* ou redes sociais os encaminhamentos de Sandra eram feitos através de seu e-mail vinculado à Prefeitura e durante o período da pesquisa esse dispositivo mostrou ser capaz de articular diferentes mundos, como as delegadas do OP, a Secretária da SMELJ, o grupo de engenheiros que trabalharam no planejamento e construção da academia ao ar livre, a subprefeitura, assim como a primeira autora deste trabalho que ao longo da pesquisa foi se percebendo como membro desta rede, uma vez que carregava consigo o capital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O transitar destes documentos, assim como das agentes pertencentes a rede de Sandra estendeu-se para além dos limites do parque diversas vezes e acompanhamos seus rastros durante a pesquisa, nas praças próximas ao parque, no OP, escolas, SMELJ e encerramos esta trajetória na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, ESEFID/UFRGS, na 3º Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre.

A 3º Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre aconteceu entre os meses de setembro e novembro de 2022. Neste período foi programado pela SMELJ um circuito de reuniões, pré-conferência em diversos pontos da cidade com a finalidade

de ouvir as demandas da população e desta forma construir coletivamente propostas sistematizadas, eixos, responsabilidades, metas e indicadores de avaliação, para o Plano Municipal de Esporte e Lazer operacional para os próximos 10 anos (Silva, 2023). Essa brecha na agenda política do município foi percebida por Sandra como uma oportunidade de expandir sua causa, através de uma contestação política pautada no reconhecimento do trabalho da SME, na exigência de direitos e da imposição de obrigações para a prefeitura, uma vez que estariam presentes no evento as/os agentes comunitários de diferentes regiões, servidoras/es públicos, membros de entidades esportivas, as Universidades, a população usuária dos serviços públicos, entre outras/os. A preparação para a participação para a Conferência Municipal foi o momento onde percebemos um maior engajamento de Sandra para expor sua denúncia referente ao desmonte do serviço público.

Sandra fala sobre um processo de reconstrução da SMELJ, pede atenção para a criação de uma política pública que dê conta das demandas da população e não apenas as parcerizações. Diz que este é o momento de resgatar a organização, resgatar a história da política pública para que as pessoas possam entender sobre as perdas e ir buscar uma aproximação com a SMELJ. Ela aciona os argumentos da última Conferência que aconteceu em 2003. “Nesses anos muito se mudou, a sociedade mudou, e por isso a Conferência é uma oportunidade de se escutar, ter um rumo para prosseguir com a SMELJ (fala coordenadora Alim Pedro, na reunião para organização da Conferência realizada na ESEFID em setembro de 2022).

A escolha da SMELJ para realizar a pré-conferência na Região Noroeste, onde está localizado o Alim Pedro, foi o Centro Comunitário Primeiro de Maio (CEPRIMA), devido a sua estrutura física e a possibilidade de acomodar um número maior de pessoas em uma de suas salas. Sandra não se conformou com a escolha da SMELJ alegando que o Alim Pedro possuía mais representatividade na comunidade “A comunidade já conhece o trabalho da SMELJ, por isso começar pelo Alim, por esse contato com a

comunidade” (fala coordenadora Alim Pedro, na reunião para organização da Conferência realizada na ESEFID em setembro de 2022).

Assim, as movimentações de Sandra iniciaram com a organização de um cenário capaz de representar o engajamento da comunidade, para mostrar a força do coletivo de suas/seus usuárias/os e o valor do serviço para as/os mesmas/os. Para garantir que a reunião acontecesse no parque, ela recorre ao padre e à comunidade da igreja local para o empréstimo do salão paroquial. Esse coletivo, da igreja, está inserido na rede de vinculamentos de Sandra e as trocas e acordos entre eles são frequentes. Garantido o local do evento Sandra passa para a segunda etapa de sua mobilização a produção de provas.

Neste momento, a coordenadora passa a reunir documentos das outras duas conferências que haviam ocorrido nos anos de 2001 e 2003, para elaborar eixos e propostas que se assemelhavam às da SME, esses documentos são compartilhados com as/os colaboradoras/es com a finalidade de instruí-las/os, prática comum entre elas/eles. No momento da reunião todas/os colaboradoras/es estavam presentes. Em suas mãos haviam solicitações que acionaram eixos importantes como formação, diversidade, orçamento e oferta de profissionais. Sandra acompanhou de perto o desempenho das/dos colaboradoras/es durante a reunião, incentivando a participação de todas/os, no entanto, neste momento ela atuou apenas nos bastidores, abstendo-se do protagonismo.

O trabalho de Sandra para mobilizar sua comunidade mostrou-se significativo. Acompanhamos todos os eventos que ocorreram na Conferência Municipal registrando as demandas e participações, e a etapa que ocorreu no Alim Pedro foi a que contou com o maior número de participantes, 43 ao total. A ausência de uma maior participação da população nos outros eventos, demonstra o quão é importante o trabalho de mediação

realizado pelas/os profissionais que atuam nas UR's, na formação de uma cidadania ativa.

A etapa final da 3ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre, aconteceu no dia 19 de novembro de 2022, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS). Para este dia Sandra selecionou apenas duas de suas delegadas do OP, aquelas que ela tem maior confiança e que estão alinhadas com seus interesses e causas, para participarem do evento. Ao chegar ao local ela procurou reunir o professor da UR, seu estagiário, lotado pela SMELJ, as delegadas e a primeira autora deste artigo em um mesmo local, formando assim um pequeno grupo. Neste dia ela demonstrou mais atividade nos debates acionando a história da SME, o desmonte da secretaria, a falta de orçamento e de professoras/es, assim como importância da manutenção dos serviços pautadas por um Plano Municipal de Esporte e Lazer, garantindo assim que essa política pública fosse reconhecida como uma política de Estado.

Contudo, este espaço não se mostrou propício para o fortalecimento da causa de Sandra. Nesse contexto, os desvinculamentos relacionados a ela tornaram-se mais evidentes e significativos. Entre seus pares, o posicionamento político de Sandra, sua forma de comunicar interesses, os repertórios de ação utilizados e sua resistência à nova gramática estabelecida na SMELJ dificultaram a elevação de sua causa ao status de problema coletivo. Essas limitações foram intensificadas pelas coerções exercidas pelos diferentes agentes envolvidos na disputa, que buscavam acordos distantes dos interesses de Sandra. Assim, percebe-se que não basta apenas formular críticas; é imprescindível mobilizar um coletivo heterogêneo de sujeitos dispostos a engajar-se na mesma crítica. Nesse cenário, Sandra não conseguiu atingir tal mobilização coletiva.

O projeto de lei, até o momento desta escrita, não seguiu adiante, contudo percebemos que algumas solicitações começam a ser resolvidas no ano de 2023, ano anterior à eleição para a prefeitura da cidade. Entre elas está a ampliação da divulgação das atividades através das mídias, a oferta de um número maior de profissionais via estágio de formação e Organizações da Sociedade Civil, além da presença constante da Secretária atuando nos locais de lazer buscando solucionar as demandas cotidianas com a ajuda das parcerias com a iniciativa privada.

Ao seguir os passos de Sandra observamos que os anos de atuação na esfera pública possibilitaram o reconhecimento da importância do coletivo em suas disputas políticas. A Conferência foi entendida por ela como uma oportunidade de alcançar um espaço público relevante para engrandecer sua denúncia, contudo a pluralidade de atores e interesses singulares presentes na reunião, além das coerções realizadas por agentes governamentais acabaram por apequenar suas críticas, argumentos e justificativas, o que nos leva a crer que embora haja um esforço de Sandra para transitar entre mundos ainda existe a necessidade de realizar alguns ‘ajustamentos’¹⁷ em sua performance para que sua denúncia seja reconhecida fora de seu cotidiano.

Considerações Finais

A criação da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer da cidade de Porto Alegre no ano de 1993, foi um marco importante para a implementação de políticas públicas de esporte e lazer. Entre as ferramentas utilizadas pela Prefeitura de Porto Alegre, destacamos neste trabalho a ampliação no número de espaços de lazer,

¹⁷ Segundo Chateauraynaud (2018) os ajustamentos estão relacionados a forma como os agentes vão produzindo e testando suas ações nos momentos de prova. Este é um processo contínuo e relacionado às experiências práticas das agentes que vai mostrando quais são as provas úteis, quais podem ser descartadas e aquelas que podem ser renovadas ao longo dos tempos através de novas experiências.

UR's, que além de ofertar atividades gratuitas para a população, passou a ser um agente mediador entre o poder público e sociedade, a partir de um processo de formação das/os profissionais que atuam nos locais e da população usuária.

Com a extinção da Secretaria no ano de 2017, esse processo de formação e a atuação dessas/es agentes como mediadoras/es passa por momentos de instabilidade que se estendem até os dias atuais, mesmo com a retomada da pasta no ano de 2021, a atual SMELJ. Os motivos desta instabilidade são apontados como um desmonte da trajetória da política pública de esporte, recreação e lazer, uma vez que ocorre o fechamento de UR's, o deslocamento de professoras/es, a queda orçamentária e a nomeação de novas/os agentes voluntárias/os, realizada pela Prefeitura da cidade, para atuar nesses espaços.

O parque Alim Pedro tem se mostrado como um espaço de resistência dentro deste novo cenário uma vez que mantém suas atividades e gestão no mesmo formato proposto pela SME. Por essa razão, este trabalho teve como objetivo compreender de que maneira as denúncias, ações e estratégias realizadas pela coordenadora e usuárias no parque Alim Pedro mantêm a estrutura das atividades e a gestão pública do espaço, mesmo após as mudanças realizadas nas políticas públicas da cidade destinadas aos espaços de lazer.

Como estratégia metodológica passamos a seguir a coordenadora do parque acompanhando a trajetória de suas ações no parque e em arenas políticas para manter o serviço ofertado à comunidade, observamos suas denúncias, o agenciamento de diferentes coletivos e seu trabalho como mediadora deste espaço. Neste percurso foi possível observar as estratégias utilizadas para engrandecer sua causa, como a aproximação com o Orçamento Participativo. Os saberes construídos por Sandra a partir

da sua atuação na esfera pública, tem se mostrado eficiente para o engajamento das delegadas do OP uma vez que essas mulheres percebem em Sandra a capacidade de produzir relatórios, provas e ações que fazem sentido nesta arena política e possibilitam a sustentação de suas atividades pautadas por uma política de lazer reconhecida por sua comunidade.

Contudo, é importante destacar que essa habilidade encontrou limitações quando as ações de Sandra foram deslocadas para outras esferas públicas, como a 3ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre. Integrada por outros coletivos com interesses distintos dos seus, este se mostrou ser um local onde sua causa passa por coerções, dificultando assim os acordos coletivos. Esses são espaços e mundos onde o processo de engrandecimento da causa de Sandra ainda encontra barreiras, sendo necessário uma reavaliação de suas estratégias, a busca por novas provas e pelo vinculamento de outros coletivos para sustentar uma política de lazer reconhecida por Sandra como a garantia de um direito.

Concluimos que a atuação de Sandra na Unidade Recreativa Alim Pedro fortaleceu os vínculos com parte da comunidade, tanto na esfera pública quanto familiar, criando uma rede de apoio para denunciar o desmonte das políticas públicas e a perda de direitos. Sua habilidade em estabelecer acordos e aproximar interesses foi essencial para manter as atividades no parque. No entanto, essa visão de cuidado com o espaço não é compartilhada por todos as/os usuárias/os. Entre os mais jovens, há tensões, resultantes da diversidade de interesses e disputas cotidianas no local. Para eles, o cuidado com o parque muitas vezes é percebido como uma forma de controle social.

A partir desta pesquisa podemos perceber que as denúncias públicas referentes ao desmonte das políticas públicas de esporte e lazer estão presentes no cotidiano do

parque. Se num primeiro olhar a recreação da SMELJ, por um governo alinhado à direita, traria mudanças significativas para os serviços ofertados, acompanhando o dia a dia da coordenadora, usuária e delegada do Orçamento Participativo, não foi isso que identificamos. As denúncias, utilizadas por elas como estratégias para fortalecerem a sua causa, tiveram efeitos na execução das políticas públicas de esporte e lazer, a qual se manteve próxima daquela ofertada pela antiga e extinta SME.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L.; REGO, F. C. V. S. do; DURAZZO, L. A Escrita contra a cultura. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 16 jun. 2025.

AMARAL, S. C. F. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 11, n.3, p. 9-25, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2880>. Acesso em: 22 out. 2023.

BIELAWSKI, F. R. T. N. **As vivências de lazer com os idosos do Parque Alim Pedro: um estudo etnográfico**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, 2018.

BONALUME, C. R. O lazer das mulheres: uma ação política. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 42–60, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/36324>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BOLTANSKI, L. Aquello de que a gente es capaz. In: BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000. p. 15-127.

CORRÊA, D. S. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.36, n.105, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/yjqTKKqyNC7gKbQBpyNwYFD/#>. Acesso em: 22 out. 2023.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. Crítica e os momentos críticos: de la justificacion e a guinada pragmática na sociologia francesa. **MANA**, v.22, n.1, p. 67-99, 2016.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p067>. Acesso em: 22 out. 2023.

CHATEAURAYNAUD, F. A prova do tangível. Experiências de investigação e o surgimento da prova. **Blog do Sociofilo** [blogdosociofilo.com], julho de 2018. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2018/07/16/a-prova-do-tangivel-experiencias-de-investigacao-e-o-surgimento-da-prova-parte-2-por-francis-chateauraynaud/>. Acesso em: 8 de julho de 2021.

FORELL, L.; STIGGER, M. P. Gestão e democracia: um estudo etnográfico sobre a apropriação das políticas públicas de esporte e lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, Brasil, v. 19, n. 2, p. 168–198, 2016. DOI: 10.35699/1981-3171.2016.1242. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1242>. Acesso em: 2 ago. 2023.

IGNÁCIO, Mauro Castro; STIGGER, Marco Paulo. Questões que provocaram investigações sobre participação popular em políticas públicas de esporte e lazer. *In*: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 20 e CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 7, 2017, Goiânia-GO. **Anais... e Autores**, 2017. Acesso em: 26 mar. 2023.

IGNÁCIO, Mauro Castro; FARIAS, Anderson da Silveira; SOUZA, Paloma Müller de. Participação popular nas demandas das políticas públicas em esporte e lazer: conquistas e desafios. *In*: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 9, 2018, Lajeado-RS. **Anais... e Autores**, 2018. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/9sulbrasileirocbce/9sulbrasileirocbce/paper/view/10945> Acesso em: 26 mar. 2023.

KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. *In*: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.138-164.

LATOUR, B. Tribunais da razão. *In*: LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. SEGATA, Jean; RIFIOTIS. **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letra dágua, 2016, p. 67-90.

MYSKIW, Mauro; SILVEIRA, Luis Felipe; SILVEIRA, Raquel; STIGGER, Marco Paulo. O Movimento #SomosTodosTodasSME: análise da mobilização contra a extinção da SME de Porto Alegre. *In*: STAREPRAVO, Fernando Augusto; CANAN, Felipe; HIRATA, Edson (Orgs.). **Política e Sociologia do Esporte**. Curitiba: EDUTFPR, 2023. p. 178-203.

MOL A. **The logic of care: health and the problem of patient choice**. New York: Routledge, 2008.

MOLINA, R. M. K. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. **Movimento**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 11–37, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2838. Disponível em: <https://bit.ly/3AuOpkn>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RODRIGUES, R. P.; MARCELLINO, N. C. O Lazer nas Políticas Públicas Participativas de Porto Alegre: Estudo das Gestões Municipais de 1994 a 2004. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2011. DOI: 10.35699/1981-3171.2011.760. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/760>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTOS, H. T. **A democratização do esporte e lazer em Porto Alegre**: um estudo das Políticas Públicas no período de 1989 a 2000. 2003. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, 2003.

SILVA, C. C. **As políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de porto alegre em ação**: percepções de uma produção coletiva a partir do protagonismo de mulheres. 2023. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, 2023.

SILVEIRA, R.; PACHECO, A. C.; SILVA, C. C.; MYSKIW, M. Women's leading role in the political struggle for leisure: an ethnographic study in Porto Alegre, Brazil. **Leisure Studies**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02614367.2022.2070922>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SILVEIRA, L. F. **Projetos em Políticas Públicas de Esporte e de Lazer**: o apagar das luzes da SME-POA. 2020. 342f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

STIGGER, M. P.; TRENTINI, E. B.; FREITAS, M. V. Parques Públicos, Sociabilidades Urbanas e Políticas de Lazer. In: FRAGA, Alex Branco; MAZO, J. Z.; STIGGER, M. P.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Políticas de Lazer e Saúde em espaços públicos**. Porto Alegre: Gênese, 2009. p. 36-52. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/81282>. Acesso em: 26 mar. 2023.

STIGGER, M. P. *et al.* Investimento e desinvestimentos nas políticas públicas de esporte e lazer em Porto Alegre: da criação da SME a sua extinção. In: STIGGER, M. P.; e MYSKIW, M. (Orgs.). **Políticas públicas de esporte e lazer**: olhares e experiência na perspectiva de direito social. Ijuí: Editora Unijuí, 2019, p.23-47.

TONDIN, G. O esporte e o lazer como direitos sociais, ainda são políticas muito frágeis: avanços e retrocessos. In: SILVA, V. P.; SILVA, D. S., (Orgs.). **Políticas públicas de lazer e esporte**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018, p. 99-118.

TRENTINI, E. B.; VENUTO, M. Parques públicos, sociabilidades urbanas e políticas de lazer. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16, CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3, 2009. **Anais...** Salvador: CBCE, 2009. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/Conbrace2009/XVI/schedConf/presentations>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Endereço dos(as) Autores(as):

Carolina Caneva da Silva
Endereço eletrônico: carolcaneva@gmail.com

Marco Paulo Stigger
Endereço eletrônico: stigger.mp@gmail.com

Sofia Covello da Rocha
Endereço eletrônico: sofiacr201545@gmail.com

Mauro Myskiw
Endereço eletrônico: mauro.myskiw@gmail.com

Raquel da Silveira
Endereço eletrônico: raqufrgs@gmail.com